

DA NATUREZA À FELICIDADE: UMA EDUCAÇÃO PELA LIBERDADE EM ROUSSEAU

Ceila Portilho Maciel – UFG

Agência Financiadora: CAPES

Quanta fé no ser humano e no potencial da humanidade demonstra Rousseau! Não apenas em seus escritos, mas, de forma comovente, na intensa e apaixonada dedicação com que escava e vislumbra caminhos que possibilitem a este homem social deformado e a esta sociedade equivocada, ao menos pensar uma civilização com o melhor do potencial humano, com a expressão sublime do homem original. O assim nomeado “homem natural”, íntegro no seu “estado de natureza” (ROUSSEAU, 1985, p. 230 - 245), ou o “inteiro absoluto” em potencial no ser humano, conceitos que com Rousseau podemos imaginar ou re-conhecer.

Em meio a sucessivos equívocos e deformidades da sociedade, que Rousseau pôde lúcida e sistematicamente enumerar com grande precisão, o autor persistia acreditando sim no potencial de liberdade, na “qualidade de agente livre” (que distingue o homem dos outros seres vivos) e na perfectibilidade, a “faculdade de aperfeiçoar-se” deste animal humano. (ROUSSEAU, 1985, p. 243)

Partimos com Rousseau do pressuposto de que as civilizações humanas sofrem de uma deformidade estrutural. Originariamente tais sociedades se instituem já equivocadas desde a sua fundação se constituindo, enquanto corpo social, baseadas em enganos e máscaras. Toda uma estrutura equivocada para a qual em princípio não há conserto, não há reforma possível.

Este estado político se justifica pelo discurso demagógico que autoriza a propriedade e a desigualdade, ou seja, pelo engodo que tem sua origem quando os homens buscaram obter vantagens uns sobre os outros e institucionalizaram a desigualdade social. À igualdade se sobrepôs a propriedade e a partir do interesse próprio e do orgulho nascente se institucionalizaram também as máscaras sociais, quando, nas palavras de Rousseau “Para proveito próprio, foi preciso mostrar-se diferente do que na realidade se era. Ser e parecer tornaram-se duas coisas totalmente diferentes.” (ROUSSEAU, 1985, p. 267)

O homem se torna, a partir daí, escravo das estruturas sociais nascentes, assim como das aparências que as embasam, assumindo sua condição do que poderíamos chamar de “sociedade do espetáculo” (termo originalmente cunhado por Guy Debord, 1967), onde reina o discurso do demagogo - o engodo fundamental do estado social: homens dependentes uns dos outros. “Todos correram ao encontro de seus grilhões, crendo assegurar sua liberdade...” (ROUSSEAU, 1985, p. 269)

Segundo Rousseau, em o *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, isto acontece neste momento, quando o homem transformando o teor das relações de associação, associa-se por interesse em busca de proteção e de facilidades: é o primeiro pacto social, o pacto do engodo, em que se institui a propriedade e onde encontramos a origem da sociedade e das leis. Inaugura-

se, assim, o estado de servidão e miséria em que o gênero humano passou a viver. (ROUSSEAU, 1985, p. 261 a 270)

A perfectibilidade, um atributo próprio do ser humano, enquanto agente livre em sua capacidade de modificar-se, tanto contribui para sua adaptação e sucesso diante das circunstâncias, quanto possibilitou a origem da propriedade, dos conseqüentes vícios, e das inúmeras comodidades - jugo que representa a “primeira fonte de males que prepararam para seus descendentes”. (ROUSSEAU, 1985, p.262)

Encantado ou iludido por uma possível “facilidade”, o homem social se rende ao pacto do engodo e autoriza o discurso do demagogo, assumindo sua condição de “escravo” destes novos grilhões sociais. Abdica da sua condição anterior de liberdade no estado de natureza, aferrolhando-se a estrutura nascente, que transforma todos os homens em servos da civilização.

Com a dita civilização nasce, portanto, a servidão voluntária, ou melhor, com a servidão voluntária e a abdicação à condição livre do homem, nasce a civilização e a sociedade dos grilhões, da subserviência. Vale repetir que neste processo, o orgulho e a necessidade de poder e de ter clamam a institucionalização das máscaras: ser torna-se distinto de parecer, nessa sociedade nascente do espetáculo.

Nessa deformação da vida - leia-se nesta corrupção da natureza humana – constroem-se as estruturas da sociedade e as leis que a regem. “Em uma palavra, de um lado ficaram as riquezas e as conquistas e, do outro, a felicidade e a virtude.” (ROUSSEAU, 1985, p. 276).

Neste ponto chegamos, porém, a um impasse filosófico profundo, o qual Rousseau na sua simplicidade resume: “Renunciar à liberdade é renunciar à qualidade de homem, aos direitos da humanidade, e até aos próprios deveres.” (1985, p. 27).

Abrimos mão, portanto, da nossa humanidade, afastamos-nos de nós mesmos, da nossa essência, do que nos faz divinamente humanos e humanamente divinos: a condição de liberdade do animal Homo Sapiens Sapiens. Parece que, assim, enquanto seres perfectíveis abrimos mão do que nos faz vibrar, das nossas virtudes e da nossa felicidade possível, de uma só vez, historicamente.

Assim, nossa humanidade tem se construído, civilização após civilização, numa seqüência de engodos deformantes, os quais se reproduzem com diferentes roupagens. Assumimos diferentes máscaras para justificar nossa ausência de felicidade, nossa mediocridade. Já nem reconhecemos o âmago da nossa essência e sequer imaginamos o Inteiro Absoluto de nós mesmos.

Rousseau constrói uma condição fictícia, o “estado natural”, procurando despir o homem e as sociedades, na busca de compreender a essência dos seres humanos e do processo de associação entre os homens. Neste referencial hipotético constrói todo o embasamento para pensar a origem da desigualdade, em busca de uma possível saída filosófica, elaborando as bases possíveis para a construção de uma nova sociedade, em *Do contrato social* e da mesma forma continua sua missão, quando propõe o pensar a educação dos homens através do seu aluno imaginário, o Emílio.

Rousseau entende que a educação reproduz a deformação da sociedade, (de)formando os alunos aprendizes, inculcando e fazendo-os reproduzir uma “falsa sabedoria”, que não faz mais do que retirar os homens de si mesmos e projetá-los em um futuro que provavelmente não irá existir, essa “educação bárbara que sacrifica o presente por um futuro incerto” (...) e insiste: “Infeliz previdência, que torna um ser atualmente miserável, na esperança bem ou mal fundada de torná-lo feliz um dia. (ROUSSEAU, 2009, p. 72, 73).

Este é o quadro da educação como o compreende Rousseau e que a nosso ver continua se reproduzindo sem cessar, ao longo da história, apenas mudando aqui e ali detalhes e aparências, entre métodos e pedagogias, muitas vezes bem intencionadas, mas que nada podem diante da força do quadro social. E Rousseau mais uma vez sintetiza com sua acuidade própria: “Tudo é apenas loucura e contradição nas instituições humanas.” (ROUSSEAU, 2009, p. 78)

Exercendo conscientemente as suas contradições, Rousseau ao mesmo tempo vê uma saída possível deste quadro deprimente, através do reconhecimento das estruturas sociais e suas deformidades, na medida em que podemos, através do uso das faculdades humanas, e no exercício de uma razão esclarecida que pense o bem comum, formular e construir saídas para essas circunstâncias limitantes do ser humano e da sociedade.

Haveria um caminho possível de mudança destas circunstâncias milenares e praticamente globais, com a contribuição especialmente de uma educação esclarecida (razão esclarecida de Rousseau), libertária e nutriz do homem por inteiro? Uma educação que saiba reencontrar a voz e a sabedoria latentes na natureza, que possa nortear o desenvolvimento da natureza humana em todo seu potencial?

Quem sabe, uma educação que seja digna do potencial humano e nutra em sua integralidade os aspectos que possibilitam uma “excelência” na realização da dimensão humana. Nas palavras de Coelho e Guimarães, inspirados por Aristóteles, Kant e Rousseau:

Educar é trabalhar para que o homem que está em cada indivíduo como possibilidade se torne real e os educandos reconheçam, vivam e afirmem sua humanidade, na esfera pública e privada.” (...) “elevando-se ao plano da vida excelente, virtuosa, dignificando e engrandecendo a humanidade. (2012, p.329)

Rousseau, supõe que a saída estaria em formar um outro homem, reencontrando o homem natural em nós e afirma que a natureza nos ensina e mostra o que é necessário para reencontrar este “inteiro absoluto” do Homo Sapiens. Desejamos com Rousseau que a natureza humana não civilizada nos encha de coragem, nos faça reviver nossos instintos e nossa potencialidade, no que eles nos fazem humanos e que nos impulsione irremediavelmente rumo à nossa liberdade e à nossa felicidade.

Acusar-nos-ão, como fizeram com Rousseau, de querer voltar à idade da pedra: Pouco nos comoverá a acusação, mesmo que o sentido do que propomos não seja absolutamente este! Entre a pedra e o robô, onde estaria a felicidade do homem? Seria este um elo perdido, já estamos num caminho sem volta? Dizem-me as crianças que talvez nunca seja tarde: nossa essência animal ainda uiva feliz, antes de estarmos total e irremediavelmente deformados, no caso de hoje, aparentemente, atendendo

perfeitamente aos preceitos da sociedade de consumo, supérflua, midiática, tecnocrata e tecnológica. Porém, “o pulso ainda pulsa”.

Mas, deixando o desabafo e as divagações de lado, vamos ao Emílio! Vamos pensar a educação buscando um pouco de ar puro, um hálito de liberdade, um banho de essência naturalmente humana. Afinal, como disse Alain Badiou, falando sobre a felicidade em uma entrevista a Eduardo Febbro, publicada em novembro 7, 2010 por [outropoliticaemsampa](http://outropoliticaemsampa.com):

Devemos mudar os pilares da existência coletiva. Mas o ser humano é capaz de outra coisa que toda essa violência: é capaz de entrega, de amor. Tem uma dupla capacidade. Pode ser um animal de concorrência, mas também um animal altruísta, interessado na ação coletiva, capaz de encarnar ideais, pode ser um apaixonado ou um cientista desinteressado. Saber que aspecto do ser humano nós alentamos é uma decisão fundamental.

Rousseau, em *Emílio, ou, Da Educação*, também nos fala do caminho da verdadeira felicidade, que seria, segundo ele, “igualar perfeitamente a potência e a vontade”; tópico que voltaremos adiante. Diz ele, que o aprendizado deste caminho da felicidade é imanente à condição natural do ser humano, desde que não a desvirtuem. E ainda, que a sabedoria e os ensinamentos fundamentais para tal desenvolvimento estariam na natureza e nas leis da natureza. Cabe ao mestre, ao preceptor, compreender e proporcionar ao aluno este aprendizado, vivenciando o estado de natureza.

Precisamos, portanto, seguindo os ensinamentos de Rousseau, antes de tudo “conhecer o homem natural”. Ressalta o autor que para pensar a educação, este é um preceito fundamental: “nosso verdadeiro estudo é o da condição humana”. (ROUSSEAU, 2009, p. 14 e 15). Que condição humana seria esta a que Rousseau se refere? Não a nossa condição humana secular, mas uma condição humana originária, anterior à corrupção da nossa humanidade.

Entendemos com o autor de Emílio, e reforçamos uma vez mais, que a educação formando para estas sociedades não faz mais que corromper os indivíduos da sua condição natural de liberdade à condição de escravidão. Assim, para o senso comum, é praticamente natural nossa condição servil, dentro deste quadro social em que reproduzimos as máscaras sociais.

Perguntamos-nos então qual o sentido desta educação. A que serve este processo de corrupção do homem? Os métodos foram remodelados sob novas aparências e se mascararam, de modo a ocultar ao máximo o objetivo primeiro, que continua sendo o de tornar os infantes aptos a cumprir sua função social e assumir sua condição de “escravos” do sistema. O “bom aluno” é o aluno bem deformado, privado de sua liberdade, da integridade do seu ser um animal livre e perfectível, se tornando um reprodutor eficaz da sua condição de “escravo” dessas instituições, estruturas e parâmetros sociais, aos quais se molda.

Estamos hoje talvez em um ápice da educação “conteudista” e funcional que, apesar disso, reivindica o status de uma educação pretensamente “consciente e engajada”. E a liberdade maior, com que se autorizam as escolas e se iludem as crianças, é a liberdade de consumir avidamente tudo o que nunca nos foi, nem será

necessário, e reproduzir mecanicamente os conteúdos que provavelmente em quase toda sua totalidade nunca nos serão úteis; ou, na melhor das hipóteses, serão úteis apenas para o cumprimento da sua função social e, em nenhum aspecto, para a formação humana, enquanto educação do homem em si, do homem por inteiro em sua excelência, o Inteiro Absoluto de Rousseau.

Essa educação que “só serve para criar homens de duas faces” e que “Assim, combatidos e errantes durante toda a nossa vida, terminamos sem ter podido entrar em acordo com nós mesmos, e sem termos sido bons nem para nós, nem para os outros.” (ROUSSEAU, 2009, p. 13 e 14). Enfatizamos os descaminhos e o desacerto da educação como a compreendemos, para ressaltar que não acreditamos em mudanças isoladas, em reformas pontuais ou possíveis paliativos para se mudar realmente esta condição da educação de reprodutora das mazelas, desequilíbrios e equívocos da sociedade.

Optamos assim neste trabalho por refletir acerca da proposta geral e de alguns conceitos fundamentais desenvolvidos por Rousseau nos três primeiros livros de *Emílio ou Da Educação*. Apesar das controversas, acreditamos que Emílio seja um verdadeiro tratado sobre os caminhos pedagógicos de uma educação realmente humana. Humana no sentido da humanidade que almeja o exercício maior da sua liberdade; da realização do potencial excelente e virtuoso no humano, como queriam os gregos de Atenas; da humanidade se realizando através do homem em seu “inteiro absoluto”, como vislumbrava Rousseau.

Então, seguindo os caminhos apontados em Emílio, e já que nosso objetivo é buscar o melhor do potencial humano, precisamos começar nos perguntando, como fez o autor, em relação ao homem e à condição humana: o que é o ser humano. Neste caminho, devemos dedicarmo-nos, porém inicialmente, em compreender o que é a criança antes de “ser homem”. (ROUSSEAU, 2009, p. 4 e 15)

É, portanto fundamental para seguirmos estes trilhos da educação da natureza, “conhecer o homem natural”. Nesta direção da “ordem natural”, Rousseau nos apresenta talvez o fundamento essencial da sua educação: “Para formar esse homem raro, o que temos de fazer? Muito, sem dúvida: impedir que algo seja feito.” (2009, p. 14).

Assim, Rousseau inaugura seu tratado sobre a educação falando claramente que no início e, ao longo do processo educativo, o mais importante é não deixar criar hábitos, não deixar que as crianças sejam corrompidas por esta educação da sociedade, que, repetindo suas palavras: “só serve para criar homens de duas faces”. (2009, p. 14).

Inaugura-se, dessa forma inusitada, nosso mergulho nos princípios da educação de Emílio, a “educação negativa” de Rousseau. Consiste, assim, este educar menos em fazer, do que em evitar que seja feito errado, e em direcionar as experiências do aprendiz às regras da natureza, para que a infância possa se desenvolver. O ensinamento fundamental e urgente na formação do ser humano é claro para Rousseau: “Viver é o ofício que quero ensinar-lhe... será homem em primeiro lugar” (2009, p. 15).

Para Rousseau, ser homem está em uma dimensão diametralmente oposta ao homem que conhecemos e que exercemos na sociedade. O homem civil, para Rousseau (e para os que admitem o fracasso da civilização), “nasce, vive e morre na escravidão (...) acorrentado por nossas instituições.” (2009, p. 16).

O autor propõe, em contraposição a essa condição do homem civil, uma educação que deixe as crianças livres, já desde o nascimento, sem acorrentá-las já desde os cueiros, ou viciá-las com brinquedos fantásticos, forçando-as a saírem de si, antes mesmo de terem consciência do que são.

Para tanto, bastar-nos-ia seguir as “regras da natureza”. A Natureza trata de ensinar às crianças o que elas necessitam apreender para se desenvolver, na primeira e na segunda parte da infância, a que mais tarde retornaremos. Cair, para aprender a levantar, lidar com as intempéries da vida, desenvolvendo suas habilidades naturais. Claro que com a proteção e um direcionamento sutil, porém minuciosamente estudado, do seu preceptor.

Rousseau aprofunda sob vários aspectos a questão do preceptor, questão esta que optamos por sintetizar no que consideramos os preceitos fundamentais, para este que conduz, quase como um maestro, a educação para a natureza.

Ele assume que é fundamental que a criança tenha um “bom preceptor”, de “alma sublime”, que seja um homem virtuoso no seu compromisso, nobre de espírito e consciente da sua principal missão: a de estudar com o primeiro mestre – a natureza, e proporcionar que a criança seja educada por este mestre. Que esteja sempre acompanhando, muito atentamente cada passo, protegendo, direcionando o aprendizado e não permitindo que a criança crie maus hábitos. Ainda e, essencialmente, que tenha sabedoria, sensibilidade e compromisso suficientes, para saber se o aluno “está seguindo o progresso da infância e a marcha natural do coração humano”. (2009, p. 30).

Neste ponto queremos trazer duas máximas citadas por Rousseau, a nosso ver norteadoras de todo o processo educacional proposto por ele: “Só há uma ciência a ensinar às crianças, que é a dos deveres do homem.” e “trata-se menos, para ele, (o *precepteur* ou *gouverneur*), de instruir do que de dirigir. Não deve dar preceitos, e sim fazer com que eles sejam encontrados.” (2009, p. 31).

Portanto, o preceptor deve permitir à distância, que a criança vivencie as regras da natureza, exercendo plenamente a sua condição natural: “o reinado de sua liberdade e o uso de suas forças, deixando em seu corpo o hábito natural, colocando-a em condições de sempre ser senhora de si mesma e de fazer em todas as coisas a sua vontade, assim que a tiver.” (2009, p. 49).

O primeiro aprendizado da criança é através dos sentidos, e, é inútil, além de prejudicial, todo esforço no sentido de adiantar ou apressar estes processos do conhecimento, como o andar, o falar, o ler e escrever, assim como o desenvolvimento da razão ou da racionalidade. Com este adiantar ou apressar do desenvolvimento, segundo Rousseau, como vemos por todas as partes, e é fato, apenas criamos crianças que andam mal, se expressam mal, e, pensam pelo raciocínio dos outros, mas, são incapazes de pensar, ou criar por si, com a plenitude de suas faculdades.

Para seguir os caminhos da natureza, Rousseau parece nos querer guiar num quase passo a passo, ao longo do desenvolvimento da infância; fala da primeira fase, anterior à fala, enquanto a criança ainda mama e deve estar primordialmente sob os cuidados da mãe ou da ama de leite, e quando devem reinar a liberdade e os cuidados para não se criarem maus hábitos. Ou seja, que esta primeira educação seja puramente negativa: “Deixai que se amadureça a infância nas crianças.” (2009, p. 97).

Já na segunda fase, que inicia com o desmame e o desenvolvimento da fala, os preceitos anteriores continuam valendo, com a certeza de que na maioria das coisas a criança aprende melhor por si. A liberdade de movimentos e de ações, assim como a autonomia para ir de encontro às suas necessidades e desejos e para enfrentar as dificuldades e empecilhos das próprias habilidades em relação às circunstâncias, é o que possibilita que a criança desenvolva seu potencial em equilíbrio com seus desejos. Que se adéqüe a vontade da criança às suas forças. Equilibrar as nossas faculdades em relação aos nossos desejos, a potência à vontade, é o que para Rousseau “consiste a sabedoria humana ou o caminho da verdadeira felicidade.” (2009, p. 74).

Assim, devemos permitir que o curso natural da infância opere; que a criança exercendo sua liberdade reconheça e aprenda a lidar com suas habilidades e debilidades, com suas faculdades e com suas fraquezas, sabendo assim como dirigi-las com maestria diante das circunstâncias, por mais inesperadas ou inusitadas.

Nessa “idade da alegria”, quando em nossa sociedade somos moldados e corrompidos na nossa essência, por todos os meios, sob o discurso da “falsa sabedoria que sem cessar nos tira para fora de nós mesmos” é a época em que “o riso está sempre nos lábios e a alma está sempre em paz” (2009, p. 73). Deveríamos, portanto, contrariamente, permitir que a infância pudesse gozar desse “prazer de existir” - prazer de existir próprio à infância, e então, apenas favorecer “o gozo de um tempo tão curto” e “de um bem tão precioso” (2009, p. 72 e 73).

Vale lembrar que Rousseau discursa em vários momentos, especialmente no contexto da primeira e segunda etapas da infância, ressaltando claramente a diferença entre liberdade e autonomia, em oposição à relação de dominação e chantagem, ou seja, à triste prática da manipulação por parte das crianças em relação aos seus cuidadores. Este parece ser um outro extremo em relação à opressão da liberdade natural, que inclusive têm sido hoje demasiadamente comum.

Tão equivocada quanto a educação opressora, esta prática, um tanto libertina, forma verdadeiros mini-carrascos e, como é recorrente hoje em dia, futuros criminosos em potencial, já que não sabem lidar com frustrações e acreditam que o mundo deva girar ao seu redor e responder incondicionalmente às suas demandas. Esta criança sem limites, sem noção das circunstâncias, sem sequer imaginar que existe uma felicidade no bem comum e, finalmente, sem saber se situar adequadamente em relação ao seu meio - torna-se também escrava dos próprios desejos, sem noção da dependência e ignorância em que vive, tão paradoxais à sua onipotência: “É um déspota; ao mesmo tempo é o mais vil dos escravos e a mais miserável das criaturas.” (2009, p. 86).

Assim, a felicidade das crianças e também dos homens está no exercício de sua liberdade, desde que dentro do caminho da natureza, adequando vontade e potência, e, no que sejam movimentos em direção a necessidades e desejos legítimos. Caso contrário a liberdade gera apenas infelicidade. Em síntese:

Para fortalecer o corpo e fazê-lo crescer, a natureza dispõe de meios que nunca devemos contrariar. Não devemos obrigar uma criança a ficar quando quer sair, ou a sair quando quer ficar. Quando a vontade das crianças não está mimada por nossa culpa, elas nada querem inutilmente. Elas devem pular, correr, gritar quando têm vontade. Todos os seus movimentos são necessidades de sua constituição, que procura fortalecer-se. Devemos, porém, desconfiar do que desejam sem que possam fazê-lo elas mesmas, sendo outros obrigados a fazê-lo por elas. (2009, p. 83).

Rousseau vai nos acordando para o fato, ou nos recordando, que a infância “tem maneiras de ver, de pensar e de sentir que lhe são próprias; nada menos sensato do que querer substituir essas maneiras pelas nossas” (2009, p. 91). Este aspecto é fundamental a nosso ver: é na observação das crianças, e das disposições naturais próprias a elas, que devemos aprender a educação.

De minha parte, não vejo nada de mais tolo do que essas crianças com quem tanto se raciocinou. De todas as faculdades do homem, a razão, que não é, por assim dizer, senão um composto de todas as outras, é a que se desenvolve com mais dificuldade e mais tardiamente, e é ela que se pretende utilizar para desenvolver as primeiras! (2009, p. 89).

Precisamos, portanto, reaprender com a natureza a construir caminhos para permitir o amadurecimento da infância em seu curso natural. “... a primeira educação deve ser puramente negativa. Consiste não em ensinar a virtude ou a verdade, mas em proteger o coração contra o vício e o espírito contra o erro.” (2009, p. 97 a 102).

Neste momento do desenvolvimento humano, em que devemos proporcionar o aprendizado da “ciência de coisas” - do seu mundo físico e das coisas que lhe são úteis, onde a liberdade, a alegria e o prazer devem ser absolutamente permitidos, proporcionalmente às suas forças e habilidades, o que significa deixemos bem claro - uma total disciplina na busca deste equilíbrio entre potência e vontade, Rousseau ressalta que: “A única lição de moral que convém à infância, e a mais importante em todas as idades, é a de nunca fazer mal a ninguém.” (2009, p. 115).

Rousseau afirma que as crianças, “raciocinam muito bem em tudo o que conhecem e que se relacione com seu interesse presente e sensível.” (2009, p. 120). Que devemos, portanto, explorar os atributos relacionados à razão neste campo palpável do conhecimento e dentro destas dimensões do universo acessível à criança

Tudo o que fuja a isso não tem significado real nesta idade; não são mais que um “catálogo de signos” na cabeça das crianças; signos estes que em realidade nada representariam para elas, mas, que são aptas, sem dúvida a repetir mecanicamente. É onde incorremos no grave erro de inspirar-lhes “perigosos preconceitos”, lhes fazendo “tomar como ciência palavras que não têm nenhum sentido para elas!” (2009, p. 127).

Ao contrário de massacrarmos as crianças com uma avalanche de informações estéreis, que em sua maioria não têm nenhuma utilidade para qualquer idade, podemos sim conduzir o desenvolvimento das habilidades e da flexibilidade que a natureza dá ao cérebro de maneira que:

...todas as idéias que ela pode conceber e que lhe são úteis, todas as que se relacionam com a sua felicidade e um dia devem ajudá-la a compreender seus deveres, nele se gravem desde cedo em caracteres indeléveis e lhe sirvam para que se oriente durante a vida de uma maneira que convenha a seu ser e as suas faculdades. (2009, p. 127).

As crianças precisam compreender a utilidade do que aprendem e, já que não devemos obrigá-las a nada, precisamos encontrar os caminhos de incentivar-lhes o desejo de aprender as coisas que lhes são úteis, e, que podem lhes propiciar a felicidade. O que motiva as crianças a aprender? Certamente a utilidade e os prazeres são um bom caminho. Segundo Rousseau, despertado na criança o desejo de aprender algo, “qualquer método lhe servirá.” (2009, p. 135). E ainda, “vos aplicaríeis a mantê-lo

sempre em si mesmo, atento ao que o toca imediatamente, então o vereis capaz de percepção, de memória e até de raciocínio: é a ordem da natureza.” (2009, p. 136).

Compreendemos com Rousseau, que, quando o desenvolvimento da criança se dá de forma natural, exercitando sua inteligência, na medida em que cultiva “as forças que ela deve governar”, ou seja, “sua força e sua razão crescem juntas e se ampliam uma a outra” - estamos no caminho certo. Quando a criança exercita corpo e espírito ao mesmo tempo, e aprende, nos movimentos da natureza e da sua realidade, a raciocinar de acordo com suas necessidades, sua vontade e suas habilidades - possibilita-se a formação de homens que integrem a plenitude das suas faculdades e as melhores qualidades do potencial humano. Homens que reúnam o que “quase todos os grandes homens reuniram, a força do corpo e a força da alma, a razão de um sábio e o vigor de um atleta.” (2009, p. 139).

Este tipo de formação e o exercício continuado destas práticas, propiciam, portanto, o que consideramos o ideal para a educação; nas palavras de Rousseau:

... formam em nós a única espécie de razão de que a primeira idade é capaz, e a mais necessária a todas as idades. Eles nos ensinam a conhecer bem o emprego de nossas forças, as relações entre os nossos corpos e os corpos circunstantes, o emprego dos instrumentos naturais que estão ao nosso alcance e que se adaptam aos nossos membros. (2009, p. 147).

A razão de que fala Rousseau, não parece ser a razão na dimensão que se entende hoje, por razão. Rousseau fala claramente, em várias passagens, que a razão, como ele a compreende, é um “composto de todas as faculdades humanas”, integra, entre outras, as habilidades sensoriais e físicas, além da racionalidade, e, que, portanto, deveríamos desenvolver a razão, enquanto aprendemos a estudar as ciências, por exemplo - nos movimentos naturais do homem, nas experiências necessárias ao seu viver.

É tempo de aprender a conhecer as relações sensíveis que as coisas têm conosco. Como tudo o que entra no entendimento humano vem pelos sentidos, a primeira razão do homem é uma razão sensitiva; é ela que serve de base para a razão intelectual: nossos primeiros mestres de filosofia são nossos pés, nossas mãos, nossos olhos. Substituir tudo isso por livros não equivale a nos ensinar a raciocinar, mas sim a nos ensinar a nos servirmos da razão de outrem; equivale a nos ensinar a acreditar muito e a nunca saber nada. (2009, p. 148).

Sob esta perspectiva, Rousseau resume a essência do que compreende ser um dos principais equívocos da educação (de)formadora e recorrente nas sociedades: “Seus defeitos de corpo e de espírito vêm quase todos da mesma causa: queremos ver as crianças homens antes do tempo.” (2009, p. 150). Assim, com nossos “falsos saberes”, extinguímos também, sistemática e irremediavelmente, a “alegria natural” das crianças - alegria que seria um “instrumento de êxito seguro” para a educação - massacrando a infância e corrompendo para sempre as suas faculdades. “As primeiras faculdades que se formam e se aperfeiçoam em nós são os sentidos. São portanto as primeiras faculdades que seria preciso cultivar; são as únicas que são esquecidas, ou as mais desdenhadas.” (2009, p. 160).

É, portanto a partir do desenvolvimento destas faculdades sensoriais, e das faculdades como um todo do ser humano, integradas, que podemos nos desenvolver, nos instruir de maneira excelente acerca da natureza das coisas, possibilitando inclusive a plenitude do que entendemos como sendo a “razão esclarecida” de que fala Rousseau; uma razão que contempla inclusive o bem comum.

Finalmente, chegamos ao Livro III de Emílio, a última parte desta obra sobre a qual nos debruçamos neste trabalho. Trata-se, então, do “terceiro estado da infância”, a partir dos doze ou treze anos, momento em que “as forças da criança desenvolvem-se bem mais rapidamente do que suas necessidades.” (2009, p. 211).

As forças de que fala Rousseau não se resumem às forças físicas, mas “sobretudo da força e da capacidade do espírito que as completam ou as dirigem.” (leia-se que dirigem e completam as forças físicas). (2009, p. 212).

Nesta fase, operam-se transformações muito rápidas quando, além da característica já inicialmente mencionada de uma “maior força relativa”, soma-se um “ardor de saber”. É uma fase muito fértil e propícia a todo aprendizado, porém muito curta. Sendo também um período delicado, no sentido de poder gerar uma certa onipotência, orgulho ou, outras tendências naturais neste momentâneo excesso de força, que é próprio desta e, apenas desta etapa da vida, sendo necessária, portanto, uma redobrada atenção e dedicação por parte do mestre.

O desejo de instruir-se se aprofunda, como desenvolvimento das atividades do espírito, da mesma forma como antes acontecia com as atividades do corpo. E o que se fará com esse “excedente de faculdades e de força”? O princípio da educação neste terceiro estado continua claramente no mesmo sentido dos estágios anteriores, aproveitando as disposições naturais para potencializar o aprendizado. (2009, p. 213).

Percebemos o empenho de Rousseau em propiciar o aprendizado da criança por ela mesma, nas suas relações com as próprias demandas e com as circunstâncias. Assim, da mesma forma, não se deve corrigir os erros da criança, mas sim, levá-la a percebê-los; posto que no engano e na elaboração autônoma da correção, se dá um aprendizado radical e fundamental, ou seja, que se enraíza e fundamenta os conhecimentos desta criança. Certamente, o percurso que fará e as elaborações daí advindas não serão esquecidas. Ao contrário, farão parte do saber próprio desta criança, e serão idéias “claras e justas”, constituintes do conhecimento que incorpora, então, em todas as suas dimensões. É a criança criando a “ciência”.

Não se trata de ensinar-lhe as ciências, mas de dar-lhe o gosto para amá-las e métodos para aprendê-las quando este gosto estiver mais desenvolvido. Este é com toda a certeza um princípio fundamental de toda boa educação.

Eis o tempo também de acostumá-lo aos poucos a prestar uma atenção contínua ao mesmo objeto. Mas nunca é a obrigação, é sempre o prazer ou o desejo que deve produzir esta atenção; (...), pois não é tão importante que ele aprenda quanto que não faça nada contra a vontade. (2009, p. 222).

Posto isso, se reforça o entendimento de que os elementos deste estágio da educação são apenas o desenvolvimento dos fundamentos anteriores, e que Rousseau continua seguindo os preceitos e o “caminho da natureza”.

A criança agora progride em inteligência e começa a conhecer melhor a si mesma, e a “compreender em que consiste o seu bem-estar”. Continua sendo a “lei da necessidade” a ensinar o homem. Agora, o homem desenvolve o raciocínio em relação ao que pode proporcionar a ele, além do bem imediato, também, a médio e longo prazo,

o seu bem-estar. “Este é o uso da previdência, e da previdência bem ou mal ordenada nasce toda a sabedoria ou a miséria humana.” (2009, p. 232).

Voltando ao conceito de felicidade do homem natural, Rousseau desenvolve a idéia da felicidade e afirma: “Todo homem quer ser feliz.” (...) “A felicidade do homem natural é tão simples quanto a sua vida, e consiste em não sofrer; a saúde, a liberdade e o necessário a constituem.” (2009, p. 232).

Continua afirmando que o tempo certo do estudo de cada coisa é o tempo em que chega a hora de empregar os respectivos conhecimentos, “pois nossos verdadeiros mestres são a experiência e o sentimento, e o homem só sente bem o que convém ao homem nas relações em que se acha.” (2009, p. 234).

Cabe a nós, preceptores, portanto, desenvolver nossas habilidades de criar situações, o mais ricas possíveis, em que se possam aplicar as lições necessárias ao desenvolvimento deste homem natural, quando está no horizonte próximo o mergulho inevitável neste nosso mundo real, na nossa “civilização”. O preceito continua valendo mais que nunca: “É pela relação sensível com a utilidade, com a segurança, com a conservação e com o bem-estar que ele deve julgar todos os corpos da natureza e todos os trabalhos dos homens.” (2009, p. 274).

Lembrar sempre que menos palavras e mais ações, menos devaneios e mais vivências, além de menos interferência e mais condução, podem manter-nos, o mais próximo possível, das regras do mestre natureza.

Não podemos, em princípio, errar mais, corromper mais, oprimir mais que a educação da sociedade do espetáculo; posto que, no mínimo, Emílio ou a criança educada no caminho da natureza, é muito mais ela mesma; é muito mais humana do que qualquer homem educado para cumprir sua função social de homem civil, servo e escravo das instituições.

Este é o momento, portanto, em que se iniciará outra etapa na obra de Rousseau, a de preparar Emílio para entrar sozinho no “estado de sociedade”. Entendemos que, neste ponto, o espírito de Emílio precisa estar afinado com o seu estado de homem natural em todas as suas faculdades, para que possa se relacionar com a sociedade, com os homens, sem se corromper; para que possa aprender a viver com os homens civis, mas não “como eles”.

Colocar-se-á a prova, então, toda a educação da natureza e em cheque o caráter que se formou nesta criança. Neste momento, fundamentalmente, mas, também desde o início da educação: “Trata-se menos de ensinar-lhe uma verdade do que de mostrar-lhe como deve agir para sempre descobrir a verdade.” (2009, p. 278). Claro que não se trata aqui da verdade absoluta ou da verdade socialmente estabelecida. Trata-se sim da verdade deste sujeito íntegro, virtuoso e excelente que almejamos formar, enfim, o inteiro absoluto, ainda que em convívio com a sociedade corrompida. Seria isso possível?

Conforta-nos a certeza de que os conhecimentos de Emílio, ou desta criança ensinada na educação da natureza, são conhecimentos “seus de verdade; nada sabe pela metade.” E, sendo assim, é possível imaginar que todo desvio do caminho da natureza, como todo erro de avaliação, de escolha ou de atitude, apenas serão oportunidades para continuar e fortalecer o processo infinito de aprendizado deste homem, assim como do desenvolvimento das suas faculdades, em suma, a sua educação que, certamente, não termina na infância. “Ele tem um espírito universal, não pelas luzes, mas pela faculdade de adquiri-las; um espírito aberto, inteligente, pronto para tudo” (2009, p. 281).

Terminamos então nossa incursão, propositalmente apenas nos três primeiros livros de Emílio, com a intenção de deixar completamente em aberto, nas nossas reflexões deste momento, os possíveis desdobramentos da reinserção deste aluno aprendiz da natureza, no estado de sociedade.

Depois de Rousseau tantas transformações ocorreram, a perspectiva e as dimensões da existência se alteraram em progressões tão extremamente aceleradas e radicais, que podem pesar muito mais que antes no sentido de desacreditar a visão rousseauniana... Porém, talvez neste momento em que os desequilíbrios da natureza, do humano e da sociedade se revelam extremos, é que este retorno ao homem natural e a natureza da humanidade possam nos inspirar de forma especialmente fecunda.

Gostaríamos na verdade de ter escrito em poesia, em prosa poética, em corpo dançante e suspirante, “a sangue, suor e lágrimas” as nossas palavras de homenagem a esta obra. Mas, sendo este um exercício acadêmico, procuramos aprender no processo e nos inspirar com o Mestre Rousseau, que podemos dizer serviu aos dois universos: das ciências e do logos, assim como da arte e da espiritualidade.

Que este trabalho possa nos levar, adiante, a reflexões que contribuam de algum modo, para a construção de caminhos na educação em busca da liberdade, da excelência e da felicidade do homem e da humanidade.

Referências

BADIOU, A. *A felicidade é uma idéia fundamental*. Entrevista de Eduardo Febbro, publicada no jornal outropolitica.wordpress.com/tag/filosofia. Página/12, 06-11-2010. Tradução de Moisés Sbardelotto. Disponível em: <http://outropolitica.wordpress.com/2010/11/07/a-felicidade-e-uma-ideia-fundamental-entrevista-com-alain-badiou/> Acesso em 01/2013.

COELHO, Ildeo Moreira; GUIMARÃES, Ged. *Educação, escola e formação*. In: Filosofia e formação. INTER.AÇÃO. Revista da Faculdade de Educação, UFG, Vol. 37, 2012, p. 323 – 340.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio, ou, Da educação*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. In: Os Pensadores. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. In: Os Pensadores. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1983.